

**PROJETO DE LEI Nº 042 DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.**

**“Revoga a Lei Municipal nº 3.026, de 26 de janeiro de 2016, que autorizou a desafetação de área no setor Teodoro Alves de Rezende, autoriza sua doação á empresa que menciona e dá outras providências.”**

A **Câmara Municipal de Inhumas**, Estado de Goiás, aprova e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica revogada a Lei Municipal nº 3.026, de 26 de janeiro de 2016, que desafetou e autorizou a doação de terreno, matriculado sob o nº 26.778, do Tabelionato 1º de Notas e Registro Geral de Imóveis de Inhumas, à empresa P. OLIVEIRA GUERRA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.449.645/0001-09.

**Art. 2º** - O imóvel referido no Art. 1º, com todas as benfeitorias e instalações nele existentes, reverterem de pleno direito ao Município de Inhumas, sem ônus ou indenização, em razão do descumprimento do prazo estabelecido no § 2º do Art. 2º da Lei revogada.

**Art. 3º** - O Poder Executivo Municipal adotará as medidas necessárias para assegurar a reintegração de posse do imóvel e seu registro em nome do Município, junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.**

  
**JOSÉ ESSADO NETO**

Prefeito

  
**ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA**

Secretário de Gestão



GOVERNO DA CIDADE DE

**INHUMAS**

CONSTRUINDO O FUTURO

ADM. 2025 À 2028

Protocolo às fls. nº 0876 do livro nº 06

de protocolo de: Propostas de Lei

Em: 03/11/25



Secretária

## JUSTIFICATIVA

### DD Presidente da Câmara de Vereadores de Inhumas

**Sr. Hugo Pessoni**

**Senhores Vereadores**

A par de cumprimentá-los venho através do presente para encaminhar a V. Exa., a proposição em anexo, que visa revogar a Lei nº 3.026/2016 em razão do descumprimento, pela beneficiária, do prazo de 02 (dois) anos para a edificação das obras físicas no imóvel concedido, conforme estabelecido no § 2º do Art. 2º da referida Lei.

Constatado que, após 09 (nove) anos da concessão, não houve a conclusão das obras nem o devido registro das benfeitorias, impõe-se a reversão do bem ao patrimônio municipal, em conformidade com o disposto na legislação vigente e no interesse público.

Esperando deliberação favorável à matéria a ora apresentada, agradecemos a atenção e renovamos os protestos de estima e apreço.

  
**JOSÉ ESSADO NETO**  
Prefeito